

# A AIDS na imprensa: a construção da imagem da epidemia e a influência na promoção da cidadania

Vicente William da Silva Darde

## RESUMO

O artigo propõe-se a uma reflexão acerca da luta ao direito de cidadania pelas pessoas que vivem com HIV/Aids em uma sociedade onde a esfera pública moderna é baseada na Imprensa. De que forma se constitui o espaço público no Brasil contemporâneo e qual a postura dos meios de comunicação em relação à epidemia da Aids nas duas últimas décadas. Concluiu-se que apesar da contribuição da Imprensa para dar visibilidade e pautar a questão da Aids na sociedade, os meios de comunicação ainda não contribuem de forma efetiva para que as pessoas que vivem com HIV/Aids possam gozar de seus direitos de cidadania plena sem o fantasma do preconceito e da discriminação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação. Jornalismo. Cidadania. Saúde. Aids.

## 1 AIDS: UMA EPIDEMIA SOCIAL

Em 1982, foi notificado oficialmente o primeiro caso da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) no Brasil. Passados mais de 20 anos, a história brasileira de convivência com a epidemia possui acertos e erros nos esforços de enfrentar o vírus. Estabelecida como uma nova doença pela comunidade médica internacional, a Aids assume um caráter mais amplo, mostrando-se um poderoso fator de discriminação. Como os primeiros identificados como portadores do vírus HIV eram homossexuais masculinos, isso levou os médicos, respaldados pelos meios de comunicação, a pensar no

surgimento de um câncer gay, denominação decidida sem ter por base naquele momento o conhecimento do agente transmissor da síndrome.

Durante os primeiros anos da epidemia, foram talvez, acima de tudo, as características percebidas nos primeiros doentes de Aids que dominou a atenção pública. No Brasil, como nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, a vasta maioria dos primeiros doentes de Aids foram identificados como homossexuais masculinos, muitos dos quais viveram muito tempo fora do Brasil ou viajando para fora do país, e por causa disso supunha-se que teriam contraído o vírus em outros países. Em consequência disso, portanto, eram considerados, em geral, indivíduos relativamente ricos que dividiam o seu tempo entre Rio de Janeiro e São Paulo e grandes cidades estrangeiras como Nova York ou Paris. Talvez ainda seja mais importante o fato de terem sido caracterizados, quase uniformemente, em termos de conduta sexual promíscua – uma espécie de perigosa imoralidade que rapidamente se tornou central na concepção popular da Aids. (DANIEL; PARKER, 1991, p.17).

A doença ganha dimensões jamais vistas na humanidade. O médico Jonathan Mann, quando era responsável pelo programa de controle da Aids da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1987, alertou que a doença representava na verdade três epidemias: a primeira da infecção pelo vírus; a segunda das doenças infecciosas e a terceira das reações sociais, culturais, econômicas e políticas. Para Sontag (1984, p.76) “[ . . . ] nada é mais punitivo do que atribuir um significado a uma doença quando esse significado é invariavelmente moralista. Qualquer moléstia importante cuja causa é obscura e cujo tratamento é ineficaz tende a ser sobrecarregada de significação.”

Desta forma, o preconceito e a intolerância estamparam-se nos discursos reacionários, onde se forma o aidético, categoria única, indivisível e, principalmente, separada da sociedade, das pessoas, dos seres humanos. Ele é um inimigo condenado à morte física, considerado sem utilidade para o desenvolvimento social. É retirado dele o direito de ser cidadão.

Se por um lado há uma série de progressos tecnológicos e científicos que proporcionam aos portadores do HIV terem hoje uma qualidade de vida, evitando o desenvolvimento da doença, há também o acirramento de questões como a desigualdade social, a violência estrutural e a vulnerabilidade da população a doenças, que se constituem como entraves ao controle da epidemia.

Para Terto Jr. (2004), alguns fenômenos de dimensões globais como a própria Aids também vêm reconceitualizar os discursos sobre a sexualidade e sobre as identidades sexuais existentes antes da emergência da epidemia.

Bons exemplos disso são as prostitutas que, a partir da movimentação, social e política de reação ao HIV, passaram a ser chamadas também de trabalhadoras sexuais; os homossexuais masculinos que passaram a ser conhecidos como homens que fazem sexo com homens (HSH); os “viciados” que ganharam a denominação de usuários de drogas injetáveis – UDIs; os travestis que passaram a ser conhecidos como transgêneros.

A Aids também criou novas identidades políticas e sociais, como os soropositivos, ou pessoas vivendo com o HIV/Aids, que transformaram o seu diagnóstico clínico em uma identidade política e vêm conseguindo se organizar coletivamente e reivindicar seus interesses políticos e sociais próprios. (TERTO JR., 2004) <sup>1</sup>

No entanto, os sistemas de hierarquia e dominação baseados em relações de classe e de gênero, divisões sexuais, étnicas e raciais continuam mantendo e reforçando as diferenças sociais, e produzindo estigmas, o que continua a exigir mobilização coletiva e intervenções estruturais, nos âmbitos da política, da cultura, da economia e do direito. Assim, questões como equidade de gênero, diversidade sexual e promoção de direitos sexuais e reprodutivos ganham nova força e destaque na agenda de ação política dos diferentes movimentos sociais nos últimos vinte anos

## 2 CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO

A discriminação leva à exclusão na sociedade dos portadores do HIV/Aids. São pessoas que, com medo da intolerância e do preconceito, são “forçadas” a omitir sua situação, o que muitas vezes prejudica sua convivência na sociedade. Essa situação nos remete a discussão dos direitos civis da população marginalizada, seja pela diferença de classe social, racial, orientação sexual ou por ser portadora de uma doença ainda sem cura. Para entendermos melhor o processo de exclusão e marginalização dos portadores do HIV/Aids, é necessário traçarmos um breve panorama de como se constitui a sociedade brasileira, principalmente no que se refere à conquista de direitos civis e sociais.

Da Matta (1987, p.72) lembra que:

As discussões em torno da noção [de cidadania] têm sido sempre de caráter jurídico-político-moral, quando ela comporta também uma dimensão sociológica básica, já que ser cidadão é algo que se aprende, e é algo demarcado por expectativas de comportamento singulares.

<sup>1</sup> Documento eletrônico.

No Brasil, Da Matta (1987, p.85) defende que a comunidade é necessariamente heterogênea, complementar e hierarquizada; sua unidade básica não está baseada em indivíduos (ou cidadãos), mas em relações e pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos. Sendo assim, “[ . . . ] o indivíduo isolado e sem relações é algo considerado como altamente negativo, revelando apenas a solidão de alguém que, sem ter vínculos, é um ser humano marginal em relação aos outros membros da comunidade.”

Telles (2001), ao desenvolver um histórico da questão social no Brasil, revela que a experiência brasileira inibe os processos da revolução igualitária para um mundo moderno na medida em que tem como base um mundo de hierarquias e diferenças sociais. Segundo a autora, a igualdade prometida pela legislação reproduz e legitima desigualdades, exclui as maiorias e bloqueia os direitos igualitários. Neste cenário de um sistema de desigualdades é que a epidemia da Aids vai reforçar ainda mais a marginalização e a exclusão do cidadão.

No Brasil, a conquista da igualdade mostrou a discriminação ancorada na lógica da hierarquia onde as tradições bloqueiam a potência simbólica dos conflitos. Os conflitos são reduzidos a factualidade, percebidos como defesa corporativa de interesses. Telles (2001, p. 30-31) afirma que há “[ . . . ] uma ausência de espaço público democrático que confira visibilidade e legitimidade à diversidade de interesses e que faça circular um debate sobre a justiça que dê eco às reivindicações por direitos.”

Garcia Canclini (1995, p.13) explica que “[ . . . ] antes o exercício da cidadania estava ligado à capacidade de apropriação dos bens de consumo e à maneira de usá-los.” Neste sentido, as “[ . . . ] diferenças eram compensadas pela igualdade em direitos abstratos que se concretizava ao votar, ao sentir-se representado por um partido político ou sindicato.” Com o enfraquecimento da política e a conseqüente descrença nas instituições, “[ . . . ] outros modos de participação se fortalecem.” As pessoas começam a perceber que:

Muitas perguntas próprias dos cidadãos recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (GARCIA CANCLINI, 1995, p.13).

Nessa realidade, faz-se pertinente atentar para o exercício da cidadania vinculando-o ao consumo. No entanto, Garcia Canclini (1995, p.21) afirma que é necessário não levar em conta “[ . . . ] concepções que julgam os

comportamentos dos consumidores predominantemente irracionais e as que somente vêem os cidadãos atuando em função da racionalidade dos princípios ideológicos.” Superando essas visões, através de uma perspectiva multicultural, o autor vê numa reforma do Estado a possibilidade de avanços tanto no que se refere à aceitação do desenvolvimento de grupos diversos, minorias, quanto a assegurar possibilidades iguais de acesso aos bens da globalização.

Em uma realidade marcada pelo enfraquecimento do Estado perante a ordem estabelecida pelo mercado capitalista, os cidadãos se utilizam cada vez mais da imprensa como mediadora dos conflitos existentes na sociedade. Lévy (2003, p.368) afirma que “[ . . . ] a forma política Estado-nação, assim como as democracias modernas ou a noção de direitos do homem, estão intimamente ligados à esfera pública moderna baseada na Imprensa.” Desta forma, os meios de comunicação, entendidos como um espaço discursivo, contribuem também para a construção da cidadania, exercendo assim uma função social.

Nesse espaço público midiático, o campo jornalístico manifesta seu poder na medida em que processa uma adequação entre os fatos e enunciados originados nos diversos campos sociais e relaciona-os com um conjunto de práticas discursivas e normas estilísticas. Assim, reordena os acontecimentos seguindo a sua lógica, possibilitando uma compreensão coletiva. (MORIGI; ROSA, 2004).<sup>2</sup>

Porém, a linguagem jornalística possui limitações. Com seu perfil homogeneizador e formador de consensos sociais, enfrenta dificuldades para dar conta de uma realidade mais complexa e pluralista. O que nos obriga indiscutivelmente a debater o papel dos meios de comunicação na sociedade contemporânea.

### 3 PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Tanto o poder econômico no controle indireto, como o poder político no controle direto das mensagens, buscam o pleno desempenho da ordem social estabelecida. Enquanto os veículos de comunicação estatais estão sujeitos ao poder político e devem todas as satisfações ao Estado, os veículos sob controle privado, mesmo em países democráticos industrialmente desenvolvidos, têm uma liberdade vigiada, onde uma violação pode causar a

<sup>2</sup> MORIGI, Valdir José; ROSA, Rosane. Cidadania Midiaticizada: cidadão planetário. *Comunicação e Espaço Público*, Brasília, DF, v.7, n.1-2, 2004. No prelo.

suspensão ou o cancelamento da concessão. Mattiussi (1997, p.171) afirma:

Podemos encontrar uma grande influência da manipulação dos meios de comunicação por parte dos empresários, nos pecados cometidos pelos repórteres e editores, no que diz respeito ao assassinato de reputação ou da cidadania. É como se uma coisa fosse decorrente da outra. Não como uma causa única e isolada, mas como influência.

O poder econômico, representado por diversos interesses e também identificado pelos mais sólidos anunciantes nacionais e multinacionais, desenvolve formas de pressão e influência, inspiração e controle dos meios de comunicação. O caráter de um veículo, a qualidade da informação que transmite e a natureza do seu pensamento podem ser medidos pela resistência que oferece às pressões e influências de grupos de poder. Isso quando o jornal não se transforma em simples porta-voz desses grupos, sujeito ao seu controle.

A avaliação do vínculo dos meios de comunicação com o poder econômico ou político que os tutela acaba destruindo alguns mitos do jornalismo, como a imparcialidade. Bahia (1990, p.233) afirma que “[...] a neutralidade é um logro se examinado em face do espaço político que cada veículo atribui à notícia em função dos seus custos.”

A comunicação também não é apenas um campo de repasse de conteúdos:

O campo da comunicação social não se constitui apenas num lugar de ‘acolhimento’ das compreensões e os processo de interação social, em torno das quais se estabelecem e se articulam as compreensões e os processos de interação social. Pelo contrário, este campo se destaca como agente que, dispondo de regras e poderes específicos, dá conta de operar a própria construção dos sistemas de representações. (FAUSTO NETO, 1991, p.13).

O grande compromisso dos veículos de comunicação é o de denunciar toda e qualquer forma de injustiça e opressão na sociedade. Porém, defender esta tese significa levantar complicadas questões sobre a natureza e a estrutura da imprensa, tal como concebidas nas sociedades democráticas. Christians (1986, p.116) defende a tese de que “[...] a justiça para com os fracos e oprimidos é a questão central para uma imprensa socialmente responsável.” Em outras palavras, afirma que a defesa daqueles que estão à margem do sistema econômico é o teste decisivo para se saber se os profissionais da imprensa cumprem ou não a sua missão.

Na atual sociedade contemporânea, os meios de comunicação funcionam como agentes de transformação social. E isso se dá porque eles mantêm o controle social ou o processo pelo qual são provocados estímulos para agir eficazmente sobre pessoas ou grupos, produzindo respostas que funcionam no ajustamento. Molotch e Lester<sup>3</sup> apud Traquina ressaltam que “[ . . . ] a já vasta literatura sobre a produção de notícias reconhece o poder do jornalismo, não só na projeção social dos assuntos sociais, mas também no enquadramento desses assuntos como fonte de discussão pública.”

Qual é ou deveria ser o papel e a função da imprensa numa democracia? Nem os jornalistas, nem o público a que servem podem fazer uma avaliação moral adequada do desempenho da imprensa. Primeiro porque a sociedade não possui claramente uma definição das responsabilidades da imprensa. Elliott (1985, p.16) ensina que “[ . . . ] é possível se ter uma imprensa que seja ao mesmo tempo livre e responsável. No entanto, não é possível ter uma imprensa que seja ao mesmo tempo totalmente livre e com encargos.” Uma imprensa assim poderia não ser livre para escolher voluntariamente um comportamento responsável, uma vez que qualquer autoridade que tivesse o poder de convocar a imprensa para prestar contas de seus atos poderia exigir um desempenho responsável.

Em algumas sociedades, as responsabilidades da imprensa são impostas pelo governo, ou pelo menos assim parece para um observador externo. Em outras, a imprensa tem relativamente poucas responsabilidades impostas. O governo impõe obrigações negativas, como a de não ser difamatória e não invadir a privacidade, mas não impõe direitos positivos, como o de contribuir para a uma discussão mais aprofundada sobre a Aids.

A imprensa tem o poder de decidir o que divulgar e como. Ela pode determinar a qualidade de sua reportagem. Os receptores dispõem de uma capacidade relativamente reduzida para influenciar e, menor ainda, para controlar o desempenho da imprensa.

Os veículos de comunicação têm responsabilidade em relação à sociedade, não importa em qual estejam operando. Esta responsabilidade se mantém, pouco importando se eles são públicos ou privados, ou se o controle e o julgamento do que é divulgado é feito interna ou externamente. Os veículos devem dizer às pessoas o que elas precisam saber, pois eles têm o poder de

---

<sup>3</sup> MOLOTCH, H.; LESTER, M. News as Purposive Behavior: on the strategic use of routine events, accidents and scandals. *American Sociological Review*, Washinton, DC, v. 39, n.1, p. 101-112, 1974. Apud TRAQUINA, 2001, p.129.

afetar as vidas dos indivíduos e dos grupos no interior da sociedade. Patarra (1997, p.73) enfatiza:

Todo bom texto tem subjacente a responsabilidade social do jornalista. Seja qual for o assunto, a redação envolve um esforço em defesa da liberdade, da procura da verdade, da preocupação da justiça social, e pela persistência da memória. Envolve também ambição para sentirmo-nos pessoas melhores depois de escrever o ponto final, transmitindo esse sentimento ao leitor.

Assim como os meios de comunicação têm responsabilidades para com a sociedade, os cidadãos têm o direito de ter acesso às informações. Ramos (2002) considera o direito à comunicação como um direito de quarta geração. Os direitos civis, seriam os direitos de primeira geração; os direitos políticos, segunda geração, e os direitos sociais, terceira geração. Os avanços tecnológicos no mundo da informação e da comunicação, enquanto nova forma de organização hegemônica do capitalismo, retomam a necessidade de um debate sobre o direito à comunicação.

A reivindicação de uma democratização da comunicação [ . . . ] compreende evidentemente o fornecimento de meios mais numerosos e mais variados a um maior número de pessoas, mas não se pode reduzir simplesmente a alguns aspectos quantitativos [ . . . ] Significa também algumas possibilidades maiores – para as nações, as forças políticas, as comunidades culturais, as entidades econômicas e os grupos sociais – de intercambiar informações num maior plano de igualdade, sem um domínio sobre os elementos mais fracos e sem discriminações contra ninguém. (RAMOS, 2002, p. 127).

O difícil reconhecimento da comunicação como política pública no capitalismo dá-se devido ao fato da comunicação ser entendida como a principal garantidora da ordem vigente. Ramos (2002, p.128) afirma que “[ . . . ] um dos maiores desafios por um Estado democrático contemporâneo é o de resgatar o espaço público como espaço formador das políticas sociais mediante a inclusão crescente de todos os atores sociais relevantes.” Mas na contemporaneidade, em que o espaço público é constituído basicamente pelos meio de comunicação, esses atores sociais encontram-se quase que totalmente excluídos.

Agora, será que os meios de comunicação têm contribuído para informar e esclarecer a sociedade acerca da epidemia da Aids de forma objetiva, direta e despida de preconceitos?



## 4 AIDS NA IMPRENSA

Com a problemática da Aids, o jornalismo desempenhou e continua desempenhando um importante papel na comunicação de idéias. No entanto, há uma falta de atenção ao contexto da mídia em muitos estudos sobre essa doença. Desde as primeiras reportagens sobre a Aids no Brasil, no início da década de 80, o preconceito já se disseminava, assim como o vírus HIV.

É bom destacar que boa parte das primeiras matérias na mídia brasileira tinham como principal fonte de informação as agências norte-americanas de notícias, o que fez, por exemplo, com que a maneira como a Aids era abordada nos Estados Unidos exercesse grande influência no noticiário nacional e, conseqüentemente, no 'imaginário social' a ela relacionado. Uma das marcas dessa influência veio da forma de abordagem na mídia norte-americana de questões como homossexualidade, comportamento e grupos de risco. (GALVÃO, 2000, p.20).

Traquina (2001) defende que a cobertura da Aids pelos veículos de comunicação caiu na era da rotina a partir de 1989, quando desde então a doença é enquadrada essencialmente por duas formas: como um acontecimento noticioso em desenvolvimento, nomeadamente a investigação científica, que aparece como notícia de forma rotineira através da publicação de revistas científicas, e como acontecimento noticioso em continuação, o alastramento da epidemia que aparece como notícia através da publicação de estatísticas. “Esses dois tipos de acontecimentos noticiosos combinam com acontecimentos pré-programados (debates, encontros, Dia Mundial de Luta Contra a Aids) para fazer da problemática Aids principalmente um acontecimento noticioso de rotina.” (TRAQUINA, 2001, p.154).

Além de uma complexa questão epidemiológica, a Aids é uma questão discursiva, como Fausto Neto (1991): “Mediante enquadramentos e hierarquias editoriais, a Aids é um acontecimento que se esparrama nos mais diferentes espaços editoriais, da primeira página do jornal ao obituário.” Os meios de comunicação foram responsáveis (e ainda são) por fazer com que a Aids deixasse de ser tratada como questão particular, de interesse apenas dos laboratórios e médicos, para ganhar uma determinada dimensão pública. Para o autor, a Aids apresenta duas dimensões para se constituir numa doença da atualidade. A primeira, pelas suas implicações sócio-político-biológicas e repercussões nos novos modos de produção de comportamento e de subjetividade. A segunda, pela sua produção enquanto um real que é tecido todos os dias nos processos de semantização dos meios de comunicação.

O autor reforça também a importância da mídia impressa na construção do sentido da Aids na sociedade:

Deve-se considerar como dos mais estratégicos o papel das mídias, não apenas pela sua competência de anunciabilidade e visibilidade da Aids, mas também, ao mesmo tempo, pelo fato de os processos de construção de inteligibilidade sobre a Aids dependerem gradativamente das práticas das mídias e dos seus respectivos efeitos de sentido. (FAUSTO NETO, 1999b, p.21).

O jornalismo se constitui, assim, um lugar privilegiado para acompanhar a narrativa da construção da Aids a partir dos diversos discursos (religioso, médico e do Estado).

As matérias, a partir de diferentes estratégias narrativas e enunciativas, destinam à Aids um discurso que traz em si a estrutura básica das narrativas clássicas: a ação de um sujeito em busca da redenção para solucionar um dano, a Aids e aqueles infectados pelo HIV aparecendo como o dano a ser reparado pela ação da ciência em busca da cura. (SOARES, 2001, p.18).

Por outro lado, mesmo a atividade mediática sendo de natureza pública, Fausto Neto (1999a) afirma que o processo de produção de sentido é cada vez mais privado, porque os fatos estão progressivamente submetidos às hierarquias, aos enquadramentos e “[ . . . ] contratos de leitura.” existentes no interior de cada veículo de comunicação e da cabeça do comunicador.

No que se refere, particularmente, à questão da “Aids dos media”, vale lembrar que esta função mediadora dos *media* entre o indivíduo e o coletivo não se realiza com tanta facilidade. Pelo contrário, há vários indícios da existência de manobras que apontam o processo de produção de sentido como uma espécie de um jogo em cujo âmbito se realiza a atualização das relações de forças sociais e políticas. (FAUSTO NETO, 1999a).<sup>4</sup>

Dentro dessa dinâmica de configuração do discurso da Aids, os meios de comunicação exercem um papel fundamental, mas esbarram nas próprias limitações da rotina produtiva e nas formas de poder dominante.

---

<sup>4</sup> Documento eletrônico.

## 5 CONCLUSÃO

A subordinação dos “discursos públicos” às “regras privadas” dos meios de comunicação nos parece fundamental para essa problematização no campo do jornalismo. Diante dessa percepção da realidade, fica ainda em aberto essa questão: poderiam os meios de comunicação contribuir de forma mais efetiva para a construção de um espaço público democrático na sociedade, onde as pessoas que vivem com HIV/Aids gozariam definitivamente dos direitos de cidadania plena, sem o fantasma do preconceito e da discriminação? Apesar da contribuição dos meios de comunicação nos últimos anos para dar visibilidade e pautar a questão da Aids na sociedade, suscitando uma consciência pública de prevenção à doença e de combate ao preconceito, ainda há um longo caminho a percorrer.

Os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver os seus acontecimentos transformados em notícia. Se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional aos modos das organizações estabelecidas. A cobertura do movimento social depende em parte da capacidade de [ . . . ] demonstrar a sua vontade de participar na teia de faticidade que sustenta o trabalho jornalístico. (TRAQUINA, 2004, p.198).

Na luta contra a Aids nesta terceira década, governo, organizações não-governamentais e meios de comunicação devem estabelecer um plano de ação que inclua o entendimento de como as relações de gênero, a classe social e as divisões étnicas e sexuais se entrecruzam e afetam a vida das pessoas. Devem implementar ações que considerem tanto as dimensões individuais, como as coletivas de exclusão social. Ao melhorar a sua saúde e manter-se integrado em suas redes sociais, a pessoa com HIV/Aids termina contribuindo para quebrar com a representação de que a Aids é igual à morte.

É em um contexto de múltiplas desigualdades e exclusão que o HIV/Aids vem encontrando as condições para sua disseminação e no qual as respostas devem ser implementadas. Neste sentido, o enfrentamento da epidemia, como questão de interesse público, deve ocorrer através de uma parceria entre Estado, comunidade científica e meios de comunicação. A imprensa entra com um papel fundamental neste processo como estimuladora e fomentadora do debate acerca da Aids, mas não apenas em ações pontuais, e sim no cotidiano. Percebidos como um espaço discursivo, os meios de comunicação exercem uma função social que ultrapassa o papel de simplesmente informar à sociedade.

Hoje o que ainda se percebe é a dificuldade da mídia em tratar a Aids, e os problemas que permeiam a epidemia, com a profundidade e clareza necessárias para conscientizar a sociedade da importância de sua participação nas decisões de políticas públicas para o combate da doença.

O desafio é reconhecer a comunicação como colaboradora no processo de construção de políticas públicas, garantindo o acesso à cidadania das pessoas vivendo com HIV/Aids. Pois, diante do avanço científico, o que mais assusta não é a morte. É a discriminação.

**Aids in the Press:** the construction of the epidemic image and the influency in the promotion of the citizenship.

### ABSTRACT

The article brings a reflection about the quest for citizenship among people who have HIV/Aids in a society where the modern public sphere is based on the Press. How public sphere is formed in Brazil nowadays and what the rule is of mass media in relation to Aids epidemic in the last two decades. In spite of the contribution of Press, giving visibility to Aids epidemic in society, mass media has not yet contributed effectively so that people with HIV/Aids may have their civil rights granted without prejudice or discrimination.

**KEYWORDS:** Communication. Journalism. Citizenship. Health. Aids.

### REFERÊNCIAS

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

CHRISTIANS, Clifford G. A Imprensa e os Oprimidos. In: ELLIOTT, Deni. *Jornalismo Versus Privacidade*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1986. Cap. 7, p.115-136.

DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *Aids, a Terceira Epidemia: ensaios e tentativas*. São Paulo: Iglu, 1991.

ELLIOTT, Deni. *Jornalismo Versus Privacidade*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1986.

FAUSTO NETO, Antônio. A Aids dos Media: maneiras de viver, maneiras de morrer. *Rastros Revista Virtual*, Joinville, ano 1, n. 1, dez.1999a. Disponível em: <<http://www.ielusc.br/rastros>> Acesso em: 30 jun. 2004.

\_\_\_\_\_. **Comunicação & Mídia Impressa:** estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker Editores, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Mortes em Derrapagem:** os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

GALVÃO, Jane. **Aids no Brasil:** a agenda da construção de uma epidemia. Rio de Janeiro: Abia; São Paulo: Ed. 34, 2000.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

LÉVY, Pierre. Pela Ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma Outra Comunicação:** mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. P.367-384.

MATTIUSI, Dante. O Jornalismo Brasileiro Visto pelos Críticos. In: DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de (Org.). **A Imprensa em Questão.** Campinas: Unicamp, 1997. Cap. 8, p.171-176.

PATARRA, Judith. O Jornalismo Brasileiro Visto por Dentro. In: DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de (Org.). **A Imprensa em Questão.** Campinas: Unicamp, 1997. Cap. 3, p. 73-75.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas. In: PERUZZO, Cicília (Org.). **Sociedade de Informação e Novas Mídias:** participação ou exclusão? São Paulo: INTERCOM, 2002. P.123-130.

SOARES, Rosane de Lima. **Imagens Veladas:** Aids, imprensa e linguagem. São Paulo: Annablume, 2001.

SONTAG, Susan. **A Doença Como Metáfora.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania.** São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Ed.34, 2001.

TERTO JR., Veriano. **A Sociedade Civil e os Desafios na Terceira Década da Aids.** Disponível em: <<http://www.abiaids.org.br>> Acesso em: 15 jun. 2004.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

### **Vicente William da Silva Darde**

*Bacharel em Jornalismo pela UFRGS. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS.*  
E-mail: [vicentedarde@terra.com.br](mailto:vicentedarde@terra.com.br)

*Orientadora: Profª. Dra. Márcia Benetti Machado*